

Do Troféu de Guerra ao Copo de Geléia

A dessacralização do acervo no "Templo da Memória"

Adler Homero Fonseca de Castro*

Matéria informativa sobre o Museu Histórico Nacional. Apresenta peculiaridades do seu acervo e debate aspectos de sua gestão, conflitando seu valor histórico com as características funcionais que o Museu deve ter. Em parte, justifica a preocupação do Exército na criação e administração dos seus próprios museus.

O surgimento dos museus históricos – e mais claramente sua difusão inicial – são consequências de um processo que está claramente atrelado ao desenvolvimento das estruturas de dominação dos Estados Nacionais no século XIX, conforme já foi amplamente discutido em diversas publicações sobre o assunto. Mas cremos ser necessário repassar, aqui, alguns pontos que

serão fundamentais para o desenvolvimento de nossa idéia neste texto.

Os *gabinets de curiosidades* – as *wunderkammer*, do século XVI – e os museus, se é que podemos dar este nome às Instituições existentes até o final do século XVIII, têm uma trajetória bem longa, que vem do Renascimento. Por exemplo, no caso do Brasil, Barleus já menciona que, no Recife ocupado, existia (...) *o museu do Conde de Nassau, para o qual traziam as naus da Índia Oriental ou da Ocidental, da África e de outras regiões, animais exóticos, plantas, alfaias dos bárbaros, trajes e armas,*

*para espetáculo mais deleitoso e raro proporcionado ao Conde.*¹

Devendo-se observar que o movimento para formação dessas coleções não era isolado e destinado apenas ao deleite individual, como colocado acima, mas também acoplado à questão da pesquisa científica, quando as diversas sociedades científicas iam aparecendo para estudar os fenômenos físicos e da natureza, de forma a melhor compreendê-los e desenvolvê-los, do ponto de vista de uma melhor utilização comercial da natureza. Assim se explicam as diversas sociedades científicas que surgiram, como as de Londres

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Técnico do Departamento de Proteção do IPHAN.

1. BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1980, p. 158.

(1662), Paris (1666) e Berlim (1700), sendo que nestas havia também um claro espírito colecionista, como colocado na seguinte citação sobre a atividade dessas sociedades, (...) encontramos muitas Nobres Raridades oferecidas todos os dias, não só pelas mãos de Filósofos eruditos e professores, mas pelas oficinas dos Mecânicos, pelas viagens dos Mercadores, pelas charruas dos Lavradores, pelos Desportos, os Viveiros de Peixes, os Parques, os Jardins dos Cavalheiros.²

A maior parte das sociedades científicas possuía coleções de estudo, formadas por materiais enviados por seus afiliados e que poderiam ser consideradas como

tendo uma natureza semelhante às dos gabinetes de curiosidades existentes, apesar da proposta, nesse caso, ser mais voltada para o desenvolvimento da ciência pura ou para o desenvolvimento dos recursos naturais do que para a diversão. Daí a natureza econômica de muitas das comunicações da Academia de Ciências de Lisboa, como às de José Bonifácio.³

Mas se essas coleções e gabinetes de curiosidades podem ser consideradas como uma das bases da fundação dos modernos museus. Elas, com certeza, não são as únicas nem as mais antigas, sendo que no caso da proposta do presente texto cremos ser justificável desenvolver um outro tipo de entidade formadora de museus, e que cremos que teve fundamental importância para o atual Museu Histórico Nacional (MHN) - o que vamos chamar de *Templo de Marte*.

Cremos não ser aplicável a citação dos eventos muito removidos cronologicamente para sustentar a tese de que os museus têm uma origem remota, pois o muito citado caso do templo das musas de Ptolomeu, o *mouseion*, não teve uma continuidade que permitisse traçar uma linha

de relação direta entre aquela entidade e os museus atuais. Mas, no caso que ora apresentamos de forma sumária, a situação é outra.

Desde a antiguidade clássica encontramos menção à preservação da memória de eventos importantes, não só através de monumentos arquitetônicos mas, também, no caso da cultura greco-romana, que tanto nos é importante, por meio de troféus e lembranças que eram deixadas nos campos de batalha, ou preservados nos templos. Assim, Tácito, em seus *Anais*, cita o fato de o Senado romano ter mandado erguer, no alto da colina capitolina, *troféus e arcos para a guerra parta*, com a função de comemorar uma suposta vitória militar. Do ponto de vista dos ditos bens móveis, Plutarco, após mencionar diversos troféus erguidos por gregos, cita o caso mais direto da doação que o General Marcellus fez, ao templo de Júpiter Feretius, das armas do rei gaulês Britomartius, capturadas em batalha, sendo as peças armadas em troféu.⁴

Mas a preservação da memória das vitórias militares através de objetos *entourados* - e falamos literalmente, pois as peças pas-

2. SPRAT (Bispo) - *History of the Royal Society*, 1667. Apud BERNAL, J.D. - *Ciência na História*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976. p.455

3. Por exemplo: SILVA, José Bonifácio de Andrade e. *Memória sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*. In: MEMÓRIAS Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1790. Tomo II.

4. TACITUS - *The Annals*. Chicago: University of Chicago, 1952. p. 162 e PLUTARCH - *The lives of the Noble Grecians and Romans*. Chicago: University of Chicago, 1952. p. 249

savam a compor os tesouros dos templos – não é o fato mais importante na transmissão dessa prática, pelo menos em nossa opinião. A tradição de preservar troféus para exposição mais ou menos pública em templos foi incorporada pela igreja católica, fazendo com que a prática de entesouramento nos *Templos de Marte* se mantivesse ao longo da Idade Média, não só através de estátuas jacentes e lápides gravadas com figuras militares, mas também de armas e armaduras. E é curioso apontar que algumas dessas últimas podem ser vistas como estando entre os primeiros objetos cenográficos feitos, como o caso de elmos funerários, que tinham a abertura da cabeça reduzida, de forma a não poderem ser usados, fazendo com que seu valor de uso fosse eliminado e, portanto, reduzidas as chances de eles serem removidos de seu contexto. O importante aqui é apontar que esses objetos, deixados nos templos cristãos, serviam para preservar a memória de feitos e eventos militares, de forma bem semelhante ao que acontecia na cultura greco-romana.

Mas, além dos mementos militares, as igrejas, durante muitos anos, foram depositárias de troféus obtidos em combate, especialmente no tocante às bandeiras, podendo-se dizer que as instituições religiosas nesse aspecto assumiram uma das funções dos museus modernos, a de preservação dos objetos materiais da cultura, devendo-se frisar que esse costume não se restringiu à Idade Média. Até a formação dos grandes museus militares, os troféus de guerra ainda eram encaminhados às igrejas, como a catedral de Notre-Dame, no caso da França, ou, no Brasil, a Igreja Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, que recebeu parte das bandeiras paraguaias capturadas na guerra de 1864-70.

E esse aspecto de preservação da memória gloriosa dos países através do culto aos seus troféus e momentos militares, se hoje é considerado como secundário, não era o caso até um passado bem recente. Como citamos acima, o surgimento dos grandes museus está associado ao fortalecimento do nacionalismo, e a noção de patriotismo podia ser – e foi – associada às glórias militares, co-

meçando-se por Napoleão, que com uma visão muito clara das possibilidades do uso do nacionalismo, percebeu e estimulou a formação e desenvolvimento do sentimento popular de haver uma ligação direta entre a nação e os feitos militares do Exército nacional conscrito, tal como o chamaríamos hoje em dia. Assim é que Napoleão introduziu e reforçou o culto aos símbolos militares. Alguns desses símbolos já existiam, como as bandeiras (inicialmente as regimentais, depois as nacionais) e, curiosamente, os instrumentos musicais, que eram considerados como as vozes dos regimentos. Outros símbolos foram reintroduzidos, como no caso das águias, os estandartes das legiões da antiga Roma, que reaparecem brevemente na França, devido ao gosto neoclássico daquele momento. Mas ainda outros ícones foram sendo incorporados e difundidos pelo mundo, alguns permanecendo até os dias de hoje, como é o caso das condecorações por valor, diferentes das antigas ordens militares, por poderem ser dadas a todos, independente de sua origem social e posição, mesmo do

mais inferior dos soldados — desde que este se destacasse a serviço da nação. No caso do Brasil podemos citar o caso da medalha da Campanha da Caiena, a primeira a ser distribuída de forma geral e que é conhecida como a primeira medalha militar brasileira, de 1809, o que claramente se insere nessa proposta de incentivo de um sentimento de nacionalidade.

Pois se esses símbolos passaram a receber grande valor por parte do Estado, nada mais natural que o seu recolhimento aos museus fos-

se incentivado, como uma forma de eternizar a memória dos grandes feitos da pátria. Contudo, ainda melhor do que guardar as lembranças dos grandes vultos era preservar esses mesmos símbolos *quando tomados do inimigo*, pois se eles eram ícones da pátria, a sua conquista representaria a vitória e supremacia de uma nação sobre a outra. E aí está a origem da proposta de fundação do Museu Histórico Nacional, como veremos a seguir.

O Brasil tinha, ao longo do século XIX, se envolvido em uma série de conflitos externos, e estes tinham gerado uma série de objetos que poderiam ser vistos como troféus de guerra, espalhados em igrejas (onde estavam sendo destruídos pela ação do tempo), estabelecimentos de ensino e museus. A preservação desses objetos, muitas vezes, não tinha sido proposital ou não era vista como importante, podendo-se citar dois casos do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro que julgamos exemplares.

O primeiro refere-se ao achado, em 1873, de um canhão holandês do século XVII, no Rio Uruguai, e que foi oferecido ao Governo. O Arsenal de Guerra, após es-

tudar a questão, chegou à conclusão que a peça não teria sido usada pelas forças do País, de maneira que não poderia ser considerada como um objeto capaz de se tornar um troféu em um país estrangeiro. Daí o órgão ter sido contra a compra do canhão, apesar do reconhecido valor histórico do objeto, que já era claro naquele momento. Apontamos, como curiosidade, que essa questão dos troféus também era vista com muita seriedade no exterior. Por exemplo, uma peça de artilharia, a *colubrina d'Ehrenbreistein*, feita em 1524 com despojos tomados em batalha por um príncipe alemão e capturada pelos franceses em 1799, foi retomada de um museu francês pelos alemães na Segunda Guerra Mundial e recuperada pelos franceses em 1946, mostrando a importância que era atribuída a um troféu, mesmo que fosse um *tomado em batalha* havia muito tempo (se é que um canhão de 1524 estava ativo em 1799..).⁵

O segundo caso que usaremos como ilustração, refere-se ao Museu de Artilharia, subordinado ao Arsenal. Este, apesar de ter sido criado *para encerrar os troféus nacionais*,⁶ não atendia mui-

5. Ofício da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1873 com ofício da legação em Buenos Aires, de 9 de agosto de 1873 em anexo. Mss. ANRJ.JOBÉ, J. et alii. *Histoire Illustrée de L'artillerie*. Lausanne: Edita Vilo, 1981. s. numeração de páginas.

6. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da décima-quarta legislatura pelo ministro e secretário de estado interino dos negócios da Guerra, Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro, typographia Universal de Laemmert, 1872. Consideramos interessante citar parte do relatório, sobre as bandeiras: Uma das medidas urgente é resguardar as bandeiras ganhas no campo das batalhas, tintas ainda de gloriosos sangue, marcadas com os sinais do valor inimigo e do nosso, não só da ação do tempo que rapidamente modifica as cores e aumenta os estragos, como da possibilidade de serem subtraídas.

Ou seja, o problema de preservação desses troféus já era observado há 125 anos e o que é o pior, a situação continua até os dias de hoje.

to bem aos requisitos de um museu, pois o acesso a ele era difícil, especialmente quando foi transferido para o então remoto Asilo dos Voluntários da Pátria, no que hoje é a Ilha do Fundão. E cremos que esse problema era composto pela visão da época, onde o órgão seria visto mais como um depósito de material didático do que um museu propriamente dito, pois o Exército usava o material ali depositado em suas experiências para o desenvolvimento do armamento,⁷ o que também ocorria com o material que ficou no Arsenal de Guerra propriamente dito. Os canhões ali depositados, alguns dos quais se encontram no Pátio dos Canhões do MHN, e que apresentam marcas da experiências por que passaram naquela manufatura.⁸

7. Ofícios da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército ao Ministro da Guerra, 1885. Parecer do Major Francisco José Teixeira Júnior, 15 de julho de 1885. Mss. ANRJ

8. CASTRO, Adler Homero Fonseca de & ANDRADA, Ruth Beatriz S. Caldeira de - *O pátio Epitácio Pessoa: seu histórico e acervo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1993 (mimeo).

9. BARROSO, Gustavo - *Idéias e Palavras*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurílio, 1917, pp. 27 e segs.

10. BARROSO, Gustavo - "Museu Militar." In ____ - *Idéias e Palavras*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurílio, 1917, p.31

11. Idem, p. 30

Esses problemas de atuação dos museus militares foram claramente percebidos por Gustavo Barroso, conforme pode ser visto no seu já amplamente citado artigo *Museu Militar*, publicado em 1911 no *Jornal do Commercio*, sendo suas idéias reiteradas nos textos *Culto da Saudade* (1912) e *Dragões da Independência* (1917).⁹ Frisamos que, apesar da proposta do futuro diretor do museu não ser a única existente no momento, como visto no artigo de *Permanência encontra o efêmero*, em outra parte deste volume dos anais ela foi vitoriosa, ficando claro nesses textos que a proposta de Gustavo Barroso era o culto das glórias militares nacionais, retomando à proposta o *Templo de Marte* – e isso explicitamente, como colocado no último parágrafo de seu artigo intitulado *museu militar: Patriótica e nobre idéia de um museu militar. Queiram os numes (divindades) que ainda se realize, para nele depormos os nossos troféus como os gregos suspendiam os broqueis (escudos) vencidos nas métopes (vigas) de mármore dos templos*.¹⁰

O fato é que, pouco depois da publicação do último

artigo acima mencionado, o País finalmente teve seu Museu Histórico Nacional, formado, talvez, de forma casual, mas da maneira que Gustavo Barroso queria, através da incorporação de museus militares: o de Artilharia e o do Estado-Maior do Exército. Mas não só isso. Grandes esforços foram feitos para recolher os antigos troféus: a espada de Lopes, *a maior de nossas relíquias militares (...) que estava quase desprezada numa caixa empoeirada no canto de um salão do Colégio Militar*,¹¹ sendo esta logo recolhida ao MHN, assim como outros troféus que lá se encontravam, como o de abordagem do Capitão paraguaio Céspedes. Mas, cremos que a espada de Lopes possa ser vista como um ícone importante; inicialmente, devido ao ponto de vista da época da fundação do museu, quando era vista como *a arma do único chefe de Estado que vencemos*, ou seja, o mais claro símbolo da vitória do País sobre outro, mas também devido ao que aconteceu com ela mais tarde, anos depois da fundação do museu.

Apesar da posição de Barroso, devemos frisar que

o museu que se formou não era apenas um templo de relíquias da glória militar pátria, qualquer que fosse sua postura inicial. De fato, pode-se afirmar, com certo grau de certeza, que o diretor do museu desde cedo procurou diversificar a abordagem que seria dada ao novo órgão, buscando doações nas mais diversas fontes, havendo uma lenta transformação da proposta museográfica: o MHN passou a se dedicar cada vez mais aos aspectos simbólicos da Nação como um todo, diminuindo a importância da coleção militar dentro do contexto maior.

Isso, contudo, sem colocar totalmente em um segundo plano a parte militar, tanto é que diversas das primeiras grandes aquisições do órgão, feitas por compra, foram de

coleções que continham importantes elementos de armaria: a de J. J. Raposo e a de Washt Rodrigues, esse último um grande pesquisador da história militar do País, autor, junto com Gustavo Barroso, do que é até, o livro básico de referência sobre indumentária militar brasileira.¹² Essa dedicação de Barroso ia ao ponto de ser de sua própria autoria um dos únicos estudos de coleção elaborados no museu, referente às armas, sendo o documento (não publicado) fundamental para se entender a lógica da formação do acervo, além de conter valiosas informações sobre as peças, informações que hoje estariam perdidas se não fosse o trabalho então realizado, apesar de esse se ressentir de informações históricas incorretas, considerando-se o estado do desenvolvimento da matéria naquele período.¹³

Agora, devemos fazer a ressalva que, se a coleção de armaria era vista no período de consolidação do museu como símbolo da formação da nacionalidade e ícone da Pátria, isso podia ser levado a alguns extremos. Como exemplo, podemos citar alguns casos que consideramos curiosos. O primeiro é refe-

rente a uma arma que servia para lançar arpões para caça à baleia. Esta, por ser muito exótica e devido ao fato de os paraguaios, durante a guerra, terem desenvolvido algumas armas estranhas, foi classificada por Gustavo Barroso, como troféu de guerra, apesar de não existir nenhuma documentação comprovando o fato.¹⁴ Fato mais grave aconteceu alguns anos depois, com algumas peças que foram classificadas como troféus de guerra contra os holandeses, apesar de, novamente, não haver comprovação documental sobre o fato e as peças serem, claramente, de período posterior a guerra.¹⁵ O que torna o incidente particularmente interessante é o fato de Gustavo Barroso, em seu já citado estudo, já as ter classificado corretamente, o que nos leva a crer que os escalões decisórios do museu, em seu zelo em recriar um passado nobre para o País, *exageraram* um pouco na interpretação histórica, usando as peças como elementos museográficos, ícones, sem relação direta com o passado que se queria enaltecer, mas que adquiriram essa característica, pois o Museu passava a autenticá-las como sendo

12. BARROSO, Gustavo e RODRIGUES, José Washt - *Uniformes do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

13. BARROSO, Gustavo - *Inventário da Coleção de Armaria*. [Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1939] (mimeo) MHN.

14. Idem.

15. BARROS, Sigríd Porto de - *Armas que documentam a guerra holandesa*. Anais Museu Histórico Nacional (Vol. X - 1949). Rio de Janeiro: SEDEGRA, 1959, v. 10, 1949, p. 37. Referimos especificamente aos espôndes e alabardas citados no texto, que são do século XVIII.

verdadeiras representantes dos eventos da história militar retratados na exposição.

Mas esse é um caso extremo e, se havia outros problemas de interpretação dos objetos, estes ocorriam em menor grau ou eram erros compreensíveis, devido ao estágio de desenvolvimento do pensamento museológico no período, como o caso de um canhão francês, que no museu foi classificado como sendo troféu de guerra de Duclerc, com o argumento de que os únicos canhões franceses capturados no Rio de Janeiro eram desse corsário francês, ignorando todas as outras possibilidades de origem do objeto.¹⁶ O importante é que a visão do MHN como local o mais apropriado para o recolhimento de material histórico de origem militar permanecia. Assim é que vários ministros do Exército doaram ao museu, em ocasiões diferentes, três espadas de expoentes da história do Exército: as dos Marechais Floriano Peixoto e Bittencourt, além de outra, que

pertenceu ao Imperador Pedro I e que tinha sido presenteada ao Exército pelas Forças Armadas portuguesas. Julgamos ser relevante as palavras do Ministro Góes Monteiro sobre as espadas: *Este ministério tem conservado esses objetos com especial carinho considerando-os verdadeiras relíquias(...)*.¹⁷

Afirmção que é reforçada pelo que disse outro ministro, Eurico Gaspar Dutra, ao referir-se à doação da espada de Pedro I: *ela (...) deve ficar guardada no seu benemérito museu, pois ela é mais do Brasil do que do Exército. Aí será por todos admirada, sem que aqui fosse mimada como um legado de honra, que muito nos penhorava*.¹⁸

Ou seja, o Exército abria mão de seus bens que, sem dúvida, eram vistos como sendo grandes relíquias para ele, para que eles pudessem ficar guardados e expostos junto com os outros troféus e armas do País, ao acesso do público maior no *Templo de Marte* que era, em parte, o Museu Histórico Nacional.

Fazemos aqui um pequeno parêntese para apontar que os troféus de lutas internas não eram encarados

como tendo a mesma importância na visão da história da época, do que os das vitórias contra os estrangeiros. Muitos poucos objetos são identificados como sendo originários de lutas internas do País nas coleções dos museu, devendo-se ressaltar que a maior parte deles refere-se às rebeliões das décadas de 20 e 30, ou seja, período que era visto como sendo de grande importância pelo governo Vargas, na procura de legitimar-se. Igualmente importante é apontar-se que, dos poucos objetos que podem ser associados com as lutas internas no período do Império, uma certa quantidade era associada aos grandes personagens - Osório, Caxias, Barão da Vitória e outros - que sufocaram os movimentos, ou seja, restabeleceram a ordem que se procurava enaltecer.

Assim, ainda no período de Barroso, o caso da Segunda Guerra Mundial, última vez que o País participou de um conflito armado contra inimigo externo, adquire grande importância. Quando a Segunda Guerra acabou, um dos primeiros atos do Comandante da Força Expedicionária Brasileira foi tentar a imortalização dos feitos do Exército Brasileiro na Itá-

16. BARROSO, Gustavo - Inventário. Op. cit..

17. UMANS, Adolpho - *A Idéia da Criação do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947, p.98. O grifo é nosso.

18. *Ibidem*, pp. 92-93. Op. cit.

lia, através da preservação do maior símbolo nacional daquela unidade – a bandeira – no museu. O General Mascarenhas de Moraes doou a bandeira do Quartel-General da FEB ao museu, acompanhada das seguintes palavras: *constituindo o glorioso Pavilhão Nacional, que ora é remetido a essa casa de relíquias históricas, a síntese dos feitos brilhantes realizados, no estrangeiro, pela Força Expedicionária Brasileira, melhor destino não se lhe poderia dar que o de sua entrega à guarda dessa instituição (...)*.¹⁹

Mas este não foi o único item que ficou preservado no museu. Além da bandeira, foram recolhidos outros objetos, destacando-se cerca de 26 peças de artilharia inimiga capturadas em combate, e que viriam a reforçar a já existente coleção de canhões-troféus de guerra existentes, a começar por aquele que é possivelmente o troféu de guerra mais conhecido no País, o vetusto e imenso canhão paraguaio *El Cristiano*. Curio-

samente, pelo menos em nossa opinião, o museu não recolheu outros troféus típicos, como bandeiras, peças de indumentária, medalhas etc., a não ser por uns poucos fuzis alemães. E destacamos que essa opção não se deveu a não existência desses objetos, pois eles existiam e ainda existem em grande número, muitos deles estando preservados em outros museus como o da Associação de Veteranos da FEB ou nas unidades militares que participaram da campanha na Itália. Essa opção torna-se ainda mais curiosa quando se percebe que o material de artilharia recolhido, além de numeroso, pois correspondia a um acréscimo de cerca de 30% dos objetos da mesma categoria do acervo, era de grande volume, contendo desde pequenos canhões até imensos obuseiros, com cerca de 9 metros de comprimento, ou seja, as novas aquisições ocuparam um grande espaço em um órgão carente dele, pois o prédio onde o MHN se situava, até o final da década de 50, era compartilhado com instalações do Ministério da Agricultura. Assim, em nossa opinião, essa opção de se preservar material de maior vulto e,

portanto, mais impressionante, deve ser vista como intencional, apesar de marcar o último momento que a visão original de Barroso teve a implantação clara no MHN, pois essas foram as últimas grandes aquisições de troféus militares, não só porque o País não mais se envolveu em conflitos militares externos – descontando-se a aventura em São Domingos em 1965 e a missão o Batalhão Suez – mas também porque houve uma mudança na forma de se ver a instituição museológica. E daí passamos ao segundo ponto do nosso texto – aquele referente ao copo de geléia.

Sagrado e Profano – a História Social e a Visão de Museu no MHN

Os museus de história naturalmente refletem em suas exposições permanentes, a historiografia do momento em que vivem, mesmo considerando que as propostas adotadas pelas instituições museológicas podem não estar entre as mais atualizadas. Sendo assim, não deve ser surpresa que o Museu Histórico Nacional – e boa parte dos museus do gênero no País – tenham começado a repensar suas exposições permanentes a par-

19. Carta do general João Batista Mascarenhas de Moraes ao Diretor do MHN, citada em DUMANS, *op. cit.*, p. 96.

tir da década de 1960, quando a *Nova História*, da escola dos *anales*, já havia se consolidado na Europa. Esta esposava uma grande preocupação com a história da cultura popular e do cotidiano, aspectos que até então só eram vistos como secundários ou pitorescos, e que eram praticamente ignorados nos museus tradicionais. Lembremos, por exemplo, que, no caso do MHN, os únicos aspectos ligados ao trabalho que aparecem com certa representatividade nas coleções são os instrumentos de suplício de escravos. Mas estes eram usados para ilustrar que tinha havido uma ruptura com um passado indesejável, e não para servir como representante da cultura material dos trabalhadores, forçados ou não, na história do País.

Em nossa opinião, essa nova visão de museologia foi, na maior parte dos casos, extremamente positiva, atualizando as exposições de forma a tornar a entidade museológica mais vendável ao público visitante. Assim, ao invés de se concentrar nas elites e nos fatos tendentes a mostrar uma visão determinada de como seria o passado do País e, conseqüente-

mente, como deveria ser o futuro, a nova proposta, em princípio, permitia o questionamento das posições que anteriormente eram colocadas como dado indiscutível dentro dos museus, implicando isso, por sua vez, na possibilidade – teórica – de o visitante realizar uma reflexão sobre o passado histórico.

Nessas breves notas se encontra a explicação de parte do título que escolhemos para este trabalho, referente ao *copo de geléia*. Esse utensílio, comum, sem maior valor material, é quase que descartável em nossa sociedade de consumo – e, por isso mesmo, os técnicos do MHN resolveram incorporá-lo ao acervo do museu, apesar de a peça não ter valor intrínseco, não ser representativa de nenhum fato ou pessoa notável da História e de não ser (até certo ponto) símbolo de nenhum processo histórico relevante, ou seja, não se revestir de nenhuma característica que pudesse levar a sua inclusão no museu, até a década de 60. Sua incorporação, em 1987, deveu-se ao fato de esse tipo de objeto ser, justamente, uma peça de produção em massa, um referencial comum a um grande número de pesso-

as de uma dada faixa etária e que, devido à evolução dos métodos de produção, tende a desaparecer.

Entretanto, a esse processo de renovação da proposta de atuação dos museus, representando aqui pelo copo de geléia, estava atrelada outra proposta – a da *dessacralização* dos acervos. Nessa, as peças que antes tinham sido consideradas como as mais importantes e desejáveis nos acervos, por estarem associadas a fatos ou pessoas relevantes da História, servindo como relíquias ou ícones para os organizadores das exposições, passaram a ser vistas como não sendo mais tão importantes, pelo menos quando abordadas individualmente. De uma só vez, elementos que eram encarados como fundamentais para as antigas exposições perderam sua utilidade dentro dos museus, pois ao terem seu valor como relíquia rejeitado, a eles dificilmente poderia ser associado outro valor. Citamos, como um exemplo significativo, as *esquírolas* (fragmentos de osso) da mandíbula do General Osório, ou as pedras da praia onde desembarcou Pedro I quando retornou a Portugal, peças que fizeram,

durante algum tempo, parte da exposição permanente do MHN. Nesses casos temos objetos sem nenhum valor intrínseco, mas que se transformaram em relíquias, como as de um santo em uma igreja medieval, passando, através da difusão, os valores históricos associados aos famosos personagens - mesmo que os objetos, por si, não pudessem ser identificados por ninguém, a não ser quando acompanhados das etiquetas identificativas da exposição do museu.

Essas mudanças de perspectiva na área de museologia, como qualquer mudança mais revolucionária, resultou em certas posições radicais - os objetos que antes eram encarados como fundamentais para o entendimento da História, pelo menos nos museus, passaram a ser vistos como secundários, ou até inúteis, em alguns casos extremos. E o objeto desse texto pode ser visto como exemplar dessa nova postura, pois se os troféus de guerra foram considerados como um dos motivadores da criação de um museu de História a nível nacional, eles agora eram relegados a um segundo plano. E, mais importante do que isso, o próprio Gover-

no perdeu seu interesse pelo museu e pelos objetos militares ali preservados. O resultado é que parte dos troféus de guerra paraguaios, inclusive a famosa espada do Presidente Lopes, foram devolvidos, na década de 70, como se a entrega de umas poucas armas e objetos pudesse apagar da História os fatos que eles representavam. Apesar dessa iniciativa ter sido independente do MHN, órgão que sempre foi contra a medida (proposta pelos positivistas desde o final do século passado), acreditamos ser significativo o fato de ela ter sido uma proposta do Governo, na época em que este estava sob o controle dos militares, ou seja, justamente da classe que deveria dar maior ênfase aos valores embutidos nos troféus de guerra.

Do ponto de vista do Museu Histórico Nacional, a nova visão representou uma mudança radical na exposição que foi implantada na década de 70. Nesta, os troféus militares só apareciam na sala referente às guerras holandesas - suficientemente afastadas no tempo para não gerar problemas políticos. Nada aparecia que se referisse às guerras mais recentes. As armas do museu fo-

ram trancadas numa reserva, e até a excelente coleção de peças de artilharia capturadas pela FEB perdeu-se, só restando um pequeno canhão no museu. As bandeiras que, como já dissemos, são consideradas dentre os troféus mais importantes, foram igualmente recolhidas à reserva, onde permanecem.

Hoje em dia, essa visão mais radical, que via com certo desprezo as peças tradicionais do antigo museu, está sendo superada, e as novas exposições, mantendo uma abordagem atualizada da História, voltam a se valer delas para passar as informações, pois - e aqui está um ponto que gostaríamos de frisar - se os objetos comuns são portadores de uma série de dados que podem servir para ilustrar uma exposição sobre a cultura de um país ao longo do tempo, transformando-se em história de acordo com uma definição popular da matéria (História é o estudo do homem no tempo), o mesmo acontece com os objetos que antes eram sacralizados no museu. O copo de campanha do Duque de Caxias, das coleções do MHN, pode ter as mesmas funções do copo de geléia acima citado. Mas, além dessas, ele ser

ve para ilustrar uma série de outros fatos que o copo comum não pode. Podemos citar, como exemplo, a figura do general, a Guerra do Paraguai (onde ele foi usado), e assim por diante.

O ponto que gostaríamos de passar com este texto é que agora é o momento de se recuperar um pouco da memória dos museus, a memória mais antiga, pois se é interessante diversificar a aproximação na coleta de acervos, aumentando as possibilidades de se realizar exposições, é imperativo que não se esqueça a origem dos acervos existentes, pois as peças ligadas às elites são majoritárias e ainda o serão por um longo tempo, independente da vontade dos curadores dos museus. Daí ser necessário pensar-se em uma política de aquisição que impeça a existência de uma ruptura abrupta na lógica de formação dos acervos, fazendo-se, caso seja esta a opção, uma transição lenta entre a velha proposta e a nova, a ser adotada.

Por outro lado, apontamos que também é o momento para as instituições museológicas tornarem a dedicar um pouco de seu tempo à recolha de novos troféus, pois esse tipo de acervo, apesar de estar ligado a incidentes desagradáveis da História

(os conflitos armados) será indispensável para a montagem de futuras exposições. E não falamos aqui apenas do MHN, pois os demais museus tradicionais de História não recebem objetos desta natureza desde a década de 30. Onde estarão as peças relativas às revoltas de Jacareacanga e Aragarças? Sobre o golpe de 1964 e sobre os já citados Batalhão Suez e a intervenção de São Domingos? Ou até aqueles referentes a um incidente que ainda não terminou, a missão de paz em Angola? Será que no futuro será impossível representá-las por objetos tridimensionais em um museu ou será que alguém considerará esses eventos como sem importância para a história nacional?

Finalmente, é igualmente necessário que os objetos já recolhidos sejam preservados, pois apesar de estarmos cientes de que essa posição pode ser vista como impopular entre os profissionais de museologia com formação mais recente, eles são insubstituíveis, não só pelo seu valor material ou como antiguidades, mas também pelos valores que representam (ou podem representar, concedemos). Deve-se aban-

donar a política que permeia algumas instituições museológicas que, em face dos crescentes custos de manutenção dos acervos delicados e devido a uma visão extrema o que seria a dessacralização do acervo, dão pouca – ou nenhuma – prioridade a conservação desse tipo de objeto, como aconteceu no MHN na década de 70, ou, num exemplo muito pior, em outro museu, onde um objeto do acervo, de madeira, foi usado em uma peça de teatro, sendo sujeito a um banho d'água como parte da encenação, garantindo que o mesmo não tivesse uma vida longa, apesar de ter sido preservado desde o início do século XIX. Conclamamos que os profissionais da área repensem a questão da "dessacralização" e suas possíveis consequências ao próprio objetivo da profissão. Não gostaríamos de ouvir novamente, como já ouvimos, de um profissional qualificado da área que, como era impossível preservar-se os objetos por toda a eternidade, os museus não deveriam se preocupar em preservá-los de qualquer forma, usando-os como objetos do dia-a-dia, até o seu desgaste.

